

ATA N.º 242

----- Aos dezassete dias do mês de fevereiro de dois mil e dezassete, nesta vila de Sever do Vouga e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Manuel da Silva Soares, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Ordem de Trabalhos

**1 Ata**

1.1 Ata 241 de 09 dezembro 2016

**2 Correspondência**

**3 Período de antes da Ordem do Dia**

3.1 Assuntos de Interesse Local

**4 Período da Ordem do Dia**

4.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara

4.2 Apoio à Freguesia de Talhadas e União das Freguesias de Cedrim e Paradela

4.3 Relatório de Atividades da CPCJ e Plano de Ação para 2017

4.4 1ª Revisão Orçamental 2017

4.5 Alteração ao Mapa de Pessoal 2017

4.6 Revogação do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Irijó

4.7 Declaração de Interesse Municipal para Regularização de Pavilhão Industrial

4.8 Acordos de Execução – Relatórios do 1º Semestre de 2016

4.9 Orçamento Participativo

**5 Período Destinado ao Público**

----- O presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão pelas dezassete horas e cinco minutos.

----- O presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário para proceder à chamada e verificar se havia quórum.

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros:

- Albano de Amaral Macedo

- Alexandre Paulo Tavares Machado

- Ana Maria Tavares Mendes

- Ana Patrícia da Silva Ferreira

- Ana Raquel Machado e Costa

- António Manuel Martins de Bastos

- António da Silva Portela

- Carla Andreia Coutinho Tavares

- Carla Manuela Borges Soares

- Cipriano de Arede Nogueira

- Claudino da Fonseca Soares

- Custódio Tavares Pereira de Lima

- David da Silva Alves

- Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva

- José de Bastos da Rocha

- José Carlos Ribeiro de Sousa

- José Luís da Silva e Almeida

- Júlio Martins Fernandes

- Luís Filipe Tavares Silva Pedro

- Manuel da Silva Soares

- Mariana Fernanda Martins de Bastos

- Mário Coutinho Martins

- Mário José Costa da Silva

- Renata Liliana da Costa Marques

- Sandra Henriques da Silva

- Sérgio Soares da Silva

- Toni Pedro Ribeiro Martins-----  
--- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de António José Martins Coutinho, Presidente da Câmara Municipal; José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Vice-presidente; Maria Elisabete Martins Henriques, Raul Alberto da Conceição Duarte, Nuno Miguel Pereira Ferreira Martins e Idalina Pereira Tavares, Vereadores.-----  
---- Faltou à sessão Rui Manuel Arede Lopes.-----  
--- Seguidamente, passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos desta sessão.-----

### -----**Ordem de trabalhos**-----

**1 Ata** – Foi apreciada a ata n.º 241, da sessão de 09 de dezembro de 2016, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, e que foi aprovada, por unanimidade, com os votos a favor dos membros Albano Macedo, Ana Mendes, Ana Ferreira, Ana Costa, António Bastos, António Portela, Carla Soares, Cipriano Nogueira, Claudino Soares, Custódio Lima, Diana Paiva, José Rocha, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Manuel Soares, Mariana Bastos, Mário Martins, Renata Marques, Sandra Silva, Sérgio Silva e Toni Martins.-----

### **2 Correspondência:**-----

O presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento dos seguintes convites e comunicações, que poderão ser consultados nos serviços desta autarquia:-----

- Convite da Banda União Musical Pessegueirense para o concerto de ano novo;-----
- Convite da Banda União Musical Pessegueirense para o concerto como o maestro Armando Saldarini;-----
- Convite do Vouga Sport Clube para o jantar de aniversário da coletividade;-----
- Comunicação da Assembleia Municipal de Sesimbra sobre Fórum Mundial da Democracia.-----

### -----**3 – Período Antes da Ordem do Dia**-----

#### **3.1 – Assuntos de Interesse Local**-----

----- O presidente da Assembleia Municipal solicitou aos membros que pretendiam inscrever-se para intervir no período de antes da ordem do dia, que transmitissem essa intenção, com vista a realizar-se o registo e à chamada por ordem de inscrição ou alternada nos termos regimentais.-----

A primeira intervenção foi de **Albano de Amaral Macedo** que fez uma descrição do historial das autarquias locais, e os seus autarcas, desde a primeira eleição autárquica até aos dias de hoje, dizendo que, a transição de uma sociedade subdesenvolvida para uma comunidade moderna, com acesso a infraestruturas fundamentais, tinha tido o dedo dos autarcas. Fez a descrição daquilo que considera ser um autarca e, citando Sidónio Parda, disse “*É mais do que uma profissão, é uma vocação, uma missão, é um postulado*”. Afirmou que, passados quarenta anos sobre a primeira eleição autárquica, não pode ser feita qualquer avaliação séria do presente sem ter em conta o passado, sobretudo os conturbados tempos de 1976, 1979 e 1982. Referiu, ainda, que Sever do Vouga está melhor, após o ano de 1989, citando a sua situação financeira e melhoramento nos apoios sociais como algumas das razões. Disse que, fazer política autárquica hoje, já não é fazer política de há quarenta anos atrás, pois as preocupações são outras, as convicções mudaram e o desinteresse da população na participação política instalou-se. Assim, disse restar-nos um tratamento de choque ou, melhor ainda, apostar nos jovens e nos lutadores para se fazer este trabalho, porque o futuro constrói-se no presente. Falando das autarquias e do seu papel enquanto agentes públicos, disse que, hoje é necessário haver “novas autarquias” e “novos autarcas”. Referiu que, as preocupações de um cidadão não passam apenas por saber se a sua rua está limpa, se uma calçada está completa ou se a estrada está toda alcatroada, embora também seja importante. Mas aquelas são as preocupações do passado, presente e futuro, pois nunca vão mudar. Referiu que, as novas preocupações mudaram e as autarquias têm de estar disponíveis a aceitá-las. Disse considerar que o poder local de hoje tem de ser pensado como parte de uma era global - a economia, o turismo, a educação e a política - onde nada é nosso e tudo é nosso. Disse ser necessário haver uma nova governação autárquica, uma nova dinâmica que pede mais sinergias e trabalho de equipa entre as Câmaras Municipais, Assembleias Municipais e as Juntas de Freguesia, e, ainda,

entre aquelas entidades e os agentes públicos e privados do concelho e do país. Disse ser necessário ter consciência de que um dos maiores desafios, em tempos de contenção e com as eleições autárquicas no horizonte, é justamente “participar, de uma forma construtiva na política, trazendo-a para o centro de debate”.

Foi dada a palavra a **Toni Pedro Ribeiro Martins** que disse ter manifestado, por diversas vezes, a preocupação da sua bancada com o problema de envelhecimento da população, bem como o abandono da população ativa do concelho em busca de melhores oportunidades. Disse julgar ser urgente proceder a uma revisão das políticas adotadas no sentido de promover o desenvolvimento turístico, comercial e industrial do concelho. Disse não haver desenvolvimento sem emprego e, para isso, considera que a criação de uma alternativa viária que permita o melhor acesso (principalmente de pesados à A25), de forma a facilitar e impulsionar o acesso ao concelho, é de extrema importância e que permitirá reduzir o problema principal de acessibilidades ao concelho, aproximando o mesmo às principais redes viárias, zonas portuárias e ferroviárias. Questionou o ponto de situação da ligação à A25.

Sobre o novo Centro Escolar, perguntou se a sua capacidade prevista era suficiente a médio e longo prazo. Quanto à sua localização, perguntou se estaria considerada alguma articulação com a E.B. 2,3, nomeadamente no que diz respeito às vias de acesso, uma vez que aquele facto poderá originar problemas de tráfego dentro da vila com a deslocação de pais entre os dois estabelecimentos. Mais disse que a localização do Centro Escolar é uma preocupação, no sentido de ser uma zona bastante húmida que obrigará a soluções de isolamento e impermeabilização especiais e, assim, agravar o custo da construção do mesmo. Questionou, ainda, qual o destino das escolas existentes que irão ser desativadas.

Por fim, sugeriu o agendamento, o mais urgente possível, do Conselho Municipal da Juventude, tendo em vista a reativação do mesmo.

A próxima intervenção foi a de **Mário José Costa da Silva** que começou por falar sobre o Estudo de Impacte Ambiental do Aproveitamento Hidroelétrico de Ribeiradio-Ermida, realizado em 2008, e que referia, no que concerne à socio-economia, que a albufeira de Ribeiradio traria impactos, qualificados como importantes, às praias fluviais do Vau, Foz do rio Teixeira e Sejães. Mais disse que, aquele estudo refere como medida eficaz de minimização e controlo dos impactes, a recriação das praias fluviais e, como muito eficaz, a substituição das praias fluviais por estruturas de recreio e lazer de características semelhantes nas margens da albufeira de Ribeiradio, propondo ainda no Plano e Gestão da Bacia a definição de áreas para equipamentos de fruição pública, em particular nas zonas de praias fluviais afetadas pelo enchimento. Referiu que, a Declaração de Impacte Ambiental Favorável Condicionada, emitida em 2009, obrigava a implementar alternativas locais às praias fluviais afetadas, de acordo com o Plano de Ordenamento das Albufeiras, referindo também que a realocação de praias fluviais contribuiria para a dinamização da atividade turística e de lazer, tendo em conta as novas potencialidades do plano de água da albufeira de Ribeiradio. Assim, e face ao exposto, perguntou se o município de Sever do Vouga já tinha chegado a um acordo com a EDP, empresa promotora do Aproveitamento Hidroelétrico de Ribeiradio-Ermida, para a reposição da praia fluvial da Foz do Rio Teixeira, comumente conhecida como a praia do Rodo, que foi submersa pela albufeira de Ribeiradio. Disse parecer-lhe importante, até pelo impacto económico que o funcionamento da mesma terá para as Terras de Santo Estêvão, que, desde já, o senhor presidente da Câmara fizesse um ponto de situação sobre a sua localização, as infraestruturas que a implementação da mesma acarreta e o mobiliário urbano que aí pretendem colocar. Ainda a propósito daquela albufeira, chamou a atenção para a existência de muito entulho no aterro fronteiro aos Amiais, entulho aquele que, quando as águas baixam, se torna profundamente inestético, colocando mesmo em causa a segurança das embarcações que por aí passam.

Chamou a atenção da autarquia e das Juntas de Freguesia para o facto de um número significativo das árvores que, em boa hora, foram plantadas nas bermas das estradas do concelho ao longo dos últimos anos, estarem submersas num “mar” de acácias-mimosas, terem secado ou, simplesmente estarem partidas e, portanto, ser necessário proceder à sua

substituição. Disse parecer-lhe que seria, também, interessante proceder ao arranjo paisagístico, nomeadamente com a plantação de árvores, nos taludes da Central de Camionagem que, atualmente, se encontram cobertos de erva e algumas silvas.----- Por fim, lembrou que, numa altura que se aproxima a “XVII Rota da Lampreia e da Vitela”, a decorrer entre os próximos dias 11 e 19 de março, a ETAR de Sóligo continua a descarregar diretamente para o rio Vouga com todos os impactos ambientais negativos que dali resultam. Perguntou ao senhor presidente da Câmara que procedimentos têm sido feitos junto da AdRA e do Ministério do Ambiente para solucionar o problema, bem como para quando estará prevista a conclusão da nova Estação de Tratamento de Águas Residuais de Sóligo, uma vez que parece que as obras ou estão paradas ou têm avançado muito lentamente.-----

Para poder responder às questões colocadas, foi dada a palavra ao **presidente da Câmara Municipal** que afirmou ser solidário quanto aos quarenta anos do poder local, de acordo com o modelo de governação, e que reforçava o que tinha sido dito.-----

Relativamente à intervenção de Toni Martins, disse que o envelhecimento é um problema em todo o país. Informou que está a ser criado um regulamento de apoio à natalidade, o que irá alavancar, de certa forma, a criação de gente nova.-----

Relativamente às políticas autárquicas, disse já ter trazido a questão do acesso à A25 à Assembleia diversas vezes e que é, para si, uma grande prioridade, embora não seja uma obra que se faça com um estalar dos dedos. Disse ter tido uma promessa, ainda no governo anterior, que, a breve prazo, a obra iria avançar, o que não veio a acontecer.-----

Informou ter solicitado, com urgência, uma audiência com o senhor Secretário das Infraestruturas no sentido de que fosse avaliado o caso de Sever do Vouga, como tinha sido prometido da parte do governo. Disse considerar que, nalguns daqueles casos, o que vai avançar é o projeto e a questão do impacto ambiental, documento que ainda não existe. Afirmou a importância daquela obra para o desenvolvimento do concelho.-----

Sobre a questão do desemprego, o presidente da Câmara disse que, na sequência de um pedido feito ao Centro de Emprego, para candidatas a Contratos de Emprego de Inserção, tinha obtido uma resposta daquela entidade a dizer que não havia ninguém para enviar às entrevistas com as características solicitadas, principalmente por se tratar de trabalho no setor feminino. Quanto ao emprego masculino, disse que uma das maiores empresas do concelho tinha-lhe transmitido que estava a empregar pessoas de Vale de Cambra por não haver em Sever do Vouga.-----

Sobre o Centro Escolar, informou que a capacidade foi calculada através de uma avaliação técnica realizada sobre a rede e as escolas que irão, tendencialmente, fechar por via da criação de um espaço muito melhor a nível de qualidade de aprendizagem. Disse prever que a sua construção seja iniciada dentro de cerca de um mês e meio, e que tem uma previsão de duração de dois anos. Sobre a escolha do local de construção, disse ter sido uma questão técnica, por ser um local central e está previsto, em termos de projeto, ser assente em estacaria, o que agrava o custo da obra, mas que resolve o problema do solo húmido. Afirmou não ser um método inédito, pois os gabinetes técnicos da autarquia estavam assentes em estacaria e a ETAR, de que o membro falou, iria ser assente em estacaria, tendo atrasado alguma coisa na continuidade dos trabalhos precisamente por isso, para que não haja risco de qualquer abatimento nos próximos anos. Aproveitou para responder à questão colocada por Mário Silva, sobre a ETAR, dizendo que, alguns dos atrasos na sua construção se deviam ao facto de estarem a trabalhar de forma que as coisas fiquem bem, para não correrem o risco de repor incorreções mais tarde.-----

Sobre a desativação das escolas antigas, o presidente da Câmara Municipal informou que será um processo gradual que será iniciado pelas escolas com as piores condições.-----

Relativamente ao Conselho Municipal de Juventude, disse ter sido aprovado, na última reunião de Câmara, dar início ao procedimento de alteração do regulamento daquele conselho para reformulação e adaptação do mesmo à nova realidade legal. Mais disse que, aquele conselho teve alguns problemas na questão de funcionamento, ao longo dos últimos anos, por haver falta de quórum nas suas reuniões.-----

Respondendo à intervenção de **Mário Silva**, o **presidente da Câmara Municipal** disse que, antes da construção da barragem, não havia praia fluvial no Rio Vouga, mas que foi acordada com a EDP a construção de uma praia, pois era uma das obrigações da empresa construtora da barragem. Mais disse que, existe verba cabimentada no orçamento para avançar com aquela obra e que, na próxima semana, está agendada uma reunião para decidir a implantação da área e, conseqüentemente, expropriar mais terreno do que aquele que está expropriado para a barragem. Afirmou que, logo que essa questão esteja formalizada, a obra da praia fluvial será lançada a concurso. Dizendo compreender a situação das pessoas que falam do rodo, o presidente da Câmara informou que o município tinha assumido a construção de um espaço de fruição no local, faltando, para isso, terminar a construção de acessos laterais à barragem para se poder chegar ao local destinado àquele espaço.-----

Relativamente à questão colocada sobre o estado das árvores, informou que as mesmas já tinham sido fornecidas e que o início da sua plantação estava agendada para a próxima segunda-feira.-----

Sobre a questão relacionada com a ETAR, o presidente da Câmara Municipal disse que tinha sido enviada uma resposta à Assembleia da República, na sequência de uma questão colocada pelo Bloco de Esquerda. Mais disse que, o município tem assumido o assunto como um problema e que tem estado em permanência a chamar a atenção da AdRA e a dar o corpo ao manifesto, por assim dizer, com as várias instituições que vão perguntando o ponto de situação. Informou que, quando questionado, o empreiteiro responsável por aquela obra afirma que cumpre os prazos e que tem havido alguns avanços e recuos para afinações por ser um projeto em execução permanente.-----

Foi dada a palavra a **Albano Macedo** que apresentou uma proposta da conferência de líderes, das três bancadas com representatividade na Assembleia Municipal, acerca de recomendar e propor a constituição da Assembleia Municipal de Jovens de Sever do Vouga:-----

“O poder local tem, desde sempre, uma relação estreita com as populações que representa. Porém, nem sempre tem conseguido interagir e envolver os municípios, sobretudo a população mais jovem, que constituem o garante de continuidade de qualquer comunidade. Importa, por isso, interessar os jovens na identificação e compreensão dos problemas da comunidade, contribuindo para a iniciação da sua participação democrática e cívica, não só desejável como uma atitude de responsabilização como instrumento de participação na vida pública. É neste sentido que se propõe a realização de uma Assembleia Municipal dos Jovens de Sever do Vouga que terá como objetivos:-----

- a) Incentivar o interesse dos jovens pela participação cívica;-----
- b) Sublinhar a importância da sua contribuição para a resolução de questões que afetam o seu presente e o futuro individual e coletivo, fazendo ouvir as suas propostas junto dos órgãos do poder político local;-----
- c) Dar a conhecer o significado do mandato parlamentar e o processo de decisão da Assembleia Municipal, enquanto órgão representativo de todos os cidadãos severenses;-
- d) Incentivar as capacidades de argumentação na defesa das ideias, com respeito pelos valores da tolerância e da formação da vontade da maioria;-----
- e) Contribuir assim para a formação cívica dos jovens proporcionando o desenvolvimento de competências que lhes permitam gerir conflitos, formular juízos de valor acerca da vida social, ser tolerantes e solidários.-----“

O **presidente da Assembleia Municipal** disse que iria interpretar a intervenção de **Albano Macedo** como uma recomendação ao Município, nos termos do artigo 33º, n.º 2, alínea d) e alínea e) do Regimento da Assembleia Municipal, pedindo à Assembleia Municipal que se manifestasse em relação àquela proposta de recomendação. Colocada a admissão daquela proposta dos líderes das bancadas à votação, foi aprovada a sua admissão por unanimidade. O presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém queria intervir e, não tendo havido qualquer intervenção, foi colocada a proposta de recomendação à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

Depois de concluídas as intervenções registadas e os assuntos tratados no “Período de Antes da Ordem do Dia”, passou-se ao “Período da Ordem do Dia”.-----

#### ----- 4 – Ordem do Dia -----

**4.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara:** - Foi perguntado pelo presidente da mesa à assembleia se pretendiam colocar questões ou se havia alguma dúvida sobre a informação.-----

**Carla Soares** interveio para dizer que já tinha sido feito o reparo, por parte de elementos do PSD, sobre a necessidade de haver mais rigor na elaboração da ordem de trabalhos no sentido de haver informação mais clara e mais precisa para se saber o que vai ser feito de concreto. Disse ficar agradada pelo facto de, atualmente, tal aspeto já se começar a verificar. Relativamente à comunicação do senhor presidente da Câmara, disse considerar que existe falta de informação sobre a Biblioteca o Centro de Artes e do Espectáculo. Perguntou se nada tem sido feito para o empreendedorismo, ou se o mesmo não existe na comunidade? Questionou o significado de “*melhoria da eficiência dos regadios existentes*”, no ponto 3 da informação, e perguntou qual a sua localização. Sobre as obras públicas em execução, a iniciarem brevemente, ou em concurso, disse que seria bom haver mais informação relativamente à localização das obras e das verbas a elas atribuídas e perguntou a que freguesia se referiam quando se falava na Rua da Solheira ou Largo do Bouço? Perguntou, ainda, de que se tratava a empreitada das intempéries - eventos meteorológicos excepcionais - de janeiro e fevereiro de 2016, questionando se o caminho da Fonte e o piso junto à casa mortuária em Cedrim estariam ali contemplados, uma vez que não os tinha visto mencionados em parte alguma?-----

O **presidente da Câmara Municipal** fez uso da palavra para responder às questões colocadas, começando pela falta de informação sobre a Biblioteca o Centro de Artes e do Espectáculo, dizendo que todos os serviços recebem instrução para, até uma data limite, transmitirem as suas informações para colocação na comunicação à Assembleia, sendo que aqueles serviços em causa não devem ter considerado haver nada muito relevante para incluir na comunicação.-----

Relativamente aos regadios, disse tratar-se de uma proposta de candidatura a ser trabalhada em conjunto com as Juntas de Freguesia e com as comissões de regantes constituídas nas várias freguesias, sendo que a candidatura irá incluir as freguesias que manifestaram vontade em fazer uma renovação dos regadios. Informou que não estão incluídas todas as freguesias, porque não existem regadios inscritos no Ministério da Agricultura em todas as freguesias. Mais disse que o município estava a preparar a candidatura, a ser entregue até ao final do mês de março, no sentido de aglutinar todas as necessidades comunicadas pelas comissões de regantes e pelas Juntas de Freguesia.-----

Sobre as intempéries, informou que se tratava de uma candidatura apresentada à Secretaria de Estado das Autarquias Locais e que, ainda no sábado passado, tinha falado com o senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais sobre o assunto, no sentido de saber quando seria efetuado o pagamento, havendo indicação de que será ainda em 2017. Disse ter sido lançada a empreitada que aglutina todos os arranjos de estragos que as intempéries de janeiro e fevereiro tinham provocado, e que já tinham sido realizadas cerca de quatro trabalhos incluídos naquela empreitada.-----

Sobre a dúvida de a que freguesia pertencia a Rua da Solheira e o Largo do Bouço, o presidente da Câmara disse que iria insistir com os serviços para que essa informação esteja mais completa.-----

**4.2 Apoio à Freguesia de Talhadas e União das Freguesias de Cedrim e Paradela:** - Antes da deliberação do atual ponto, foi aberto um período de intervenções, que começou com **Albano Macedo** que questionou a ratificação votada por um vereador que não estava presente na reunião quando foi aprovado o apoio para as duas freguesias, na reunião do dia 11 de novembro de 2015. Também perguntou se havia mais situações idênticas e que necessitavam de ratificação.-----

Respondendo à questão colocada, o **presidente da Câmara Municipal** explicou que os protocolos dizem respeito a um transporte que as outras Juntas de Freguesia não realizam, sendo apoios à parte daqueles concedidos através do previsto no regulamento em vigor.----

O presidente da Assembleia Municipal acrescentou que estes apoios teriam que ser submetidos previamente à aprovação da Assembleia Municipal e verificarem essa situação num momento posterior, razão pela qual foi decidido submeter a ratificação.-----  
Nos termos da proposta apresentada pela Câmara Municipal, e atendendo ao facto dos apoios relacionados com o transporte escolar não terem integrado o programa de apoios a que se refere o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias, o órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, com vinte e sete votos a favor, ratificar os apoios aprovados na reunião de 11 de novembro de 2015 para o transporte escolar durante o ano letivo de 2015/2016, de acordo com os seguintes valores:-----

- Freguesia de Talhadas.....€ 3 453,56  
- União de Freguesias de Cedrim e Paradela.....€ 6 537,72

Esta deliberação foi tomada ao abrigo do previsto na alínea j) do n.º 1 do art.º 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

**4.3 Relatório de Atividades da CPCJ e Plano de Ação para 2017:** - O órgão deliberativo analisou e apreciou o Relatório de Atividades de 2016 e Plano de Ação para 2017 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sever do Vouga.-----

**4.4 1ª Revisão Orçamental 2017:** - Antes de passar à votação da 1ª Revisão Orçamental 2017, o presidente da Câmara Municipal explicou que a primeira revisão tinha como objetivo afetar um milhão de euros do saldo do ano anterior para reforço de algumas obras, nomeadamente a construção do Centro Escolar e arrelvamento do Campo de Rocas do Vouga, algumas obras no orçamento sem verba, e, ainda, a afetação de seiscentos mil euros de participações de fundos europeus.-----

Aberto um período para intervenções, foi dada a palavra a **Toni Martins**, que disse que a proposta de revisão orçamental pressupunha a incorporação de parte do saldo de gerência do ano de 2016 para 2017. Citou o entendimento da DGAL sobre o assunto: *“saldo que transita de um ano para o outro – saldo apurado da gerência anterior – só pode ser inscrito no orçamento da receita através de uma revisão orçamental após apreciação e aprovação dos documentos de prestação de contas ...”* Perguntou qual o enquadramento legal utilizado para efetuar a incorporação daquele saldo de gerência. Por fim, disse que, independentemente daquela operação, os fundamentos do orçamento inicial mantiveram-se e que aquela não seria a sua solução.-----

O presidente da Câmara Municipal fez uso da palavra para dizer que, sobre a questão técnica ou legal não haveria qualquer incorreção e pediu ao Diretor de Departamento que desse uma explicação ao órgão deliberativo.-----

O Diretor de Departamento respondeu que, estando perante um dado certo e determinado, como é o saldo da gerência, que corresponde ao valor detido pela autarquia no banco e em caixa, entendia que poderia ser utilizado para reforço do orçamento, que era um documento previsional.-----

O presidente da Assembleia Municipal referiu que, a conta de gerência, de facto, é que vai dizer qual é o saldo que transita para o ano seguinte, mas que já se sabe que é de € 1 974 000,00. A DGAL tem o entendimento transmitido, talvez por cautela, mas trata-se de um procedimento que já é praticado há algum tempo.-----

O órgão deliberativo aprovou, por maioria, a 1ª Revisão Orçamental, correspondente à 2ª Modificação, com anulações e reforços do orçamento no valor de € 1 600 000,00 (um milhão e seiscentos mil euros), com aumento do valor global do orçamento.-----

**Dezoito votos a favor** –Albano de Amaral Macedo, Alexandre Paulo Tavares Machado, Ana Maria Tavares Mendes, Ana Patrícia da Silva Ferreira, Ana Raquel Machado e Costa, António Manuel Martins de Bastos, António da Silva Portela, Claudino da Fonseca Soares, Custódio Tavares Pereira de Lima, David da Silva Alves, José Carlos Ribeiro de Sousa, José Luís da Silva e Almeida, Júlio Martins Fernandes, Manuel da Silva Soares, Mariana Fernanda Martins de Bastos, Mário Coutinho Martins, Renata Liliana da Costa Marques e Sérgio Soares da Silva.-----

**Dois abstenções** – Luís Filipe Tavares Silva Pedro e Mário José Costa da Silva.-----

**Sete votos contra** – Carla Andreia Coutinho Tavares, Carla Manuela Borges Soares, Cipriano de Arede Nogueira, Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva, José de Bastos da Rocha, Sandra Henriques da Silva e Toni Pedro Ribeiro Martins.-----

**4.5 Alteração ao Mapa de Pessoal 2017:** - O presidente da Câmara explicou que a presente alteração ao Mapa de Pessoal 2017 tinha como objetivo a mobilidade interna para afetação de alguns serviços e, ainda, a conclusão do processo de afetação da técnica superior do procedimento anterior para o Vougapark.-----

Analisada a proposta para a 1ª Alteração do Mapa de Pessoal 2017, o órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, a seguinte alteração ao Mapa de Pessoal 2017, de acordo com o previsto no artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para efeitos do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:-----

- a. Mobilidade na categoria de uma Assistente Operacional do Serviço de Educação para o Serviço de Cultura – Museu Municipal;-----
- b. Mobilidade na categoria de uma Assistente Operacional do Serviço de Educação para o Serviço de Higiene e Limpeza;-----
- c. Ocupação de um posto de trabalho de Técnico Superior, na área de Acolhimento Empresarial.-----

**4.6 Revogação do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Irijó:** - De acordo com o exposto na informação n.º I 0048/AVP/17, elaborada na Divisão de Administração do Território, desta autarquia, e subsequente proposta da Câmara Municipal, constituem-se fundamentos para a proposta de revogação do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Irijó o seguinte:-----

- a) Tratar-se de uma zona industrial que apresenta reduzidos níveis de concretização, em grande parte resultado da sua localização, condições topográficas e de acessibilidade, mas essencialmente como consequência das regras e dos parâmetros urbanísticos do Plano de Pormenor da Zona Industrial, que não se adaptam ou dificultam a instalação de unidades empresariais, nomeadamente pelas áreas de implantação previstas, pequenas, que desta forma inviabilizam a concretização da Zona Industrial e dificultam a instalação de novas unidades industriais e/ou de armazenagem;-----
- b) Existir a manifestação de interesse num investimento concreto para os Lotes n.ºs 11, 12 e 13, cujas as regras e os parâmetros urbanísticos estabelecidos no PDM – Plano Diretor Municipal, plenamente eficaz, permitem aplicar na alteração ao loteamento, regras mais adequadas e adaptadas às realidades locais, contribuindo desta forma para o enquadramento da referida pretensão, assim como para incentivar a captação de novos investimentos e consequentemente à instalação de novas unidades industriais ou de armazenagem, para esta Zona Industrial.-----

Considerando esses fundamentos e o previsto no n.º 3 do artigo 127º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, deliberou a Assembleia Municipal, por unanimidade, com vinte e sete votos a favor, nos termos da competência cometida ao órgão deliberativo, revogar o Plano de Pormenor da Zona Industrial de Irijó, publicado no Diário da República n.º 16, II Série, de 20 de janeiro de 2004, passando a vigorar para a respetiva área as regras de classificação e uso e transformação do solo e os parâmetros urbanísticos estabelecidos no Plano Diretor Municipal de Sever do Vouga para o Espaço de Atividade Económica.-----

**4.7 Declaração de Interesse Municipal para Regularização de Pavilhão Industrial:** - Ao abrigo do disposto na Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, cujo prazo foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, que permite a regularização de estabelecimentos e explorações existentes à data da sua entrada em vigor, o órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, com vinte e sete votos a favor, o reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade industrial da Antiseve – Tratamentos Anticorrosivos, Lda.-----

**4.8 Acordos de Execução – Relatórios do 1º Semestre de 2016:** - Foram presentes e analisados os relatórios elaborados pelas Juntas de Freguesia, relativamente ao 1º semestre de 2016, ao abrigo da Cláusula 10ª dos Acordos de Execução celebrados em 2014.-----

O presidente da Assembleia Municipal abriu um período de intervenções para os membros que quisessem colocar questões sobre o assunto em apreço.-----

Foi dada a palavra a **Carla Soares** que interveio para dizer que seria bom haver uma maior uniformização na apresentação da prestação de contas, uma vez que, pela análise aos relatórios entregues, verifica-se que existem algumas freguesias que estão de parabéns e outras que pouco fazem. Questionou o que tem sido feito pelo órgão executivo relativamente à prestação de contas apresentada e se existe algum modelo de avaliação?---- De seguida, **Albano Macedo** interveio para dizer que julgava ter ficado recomendado à Câmara Municipal, em sessões anteriores, que fosse elaborado um relatório pelos técnicos do município, a juntar aos relatórios das juntas, a fim de confirmar se os acordos de execução estavam a ser cumpridos.-----

O **presidente da Câmara Municipal** confirmou que os serviços do município fazem a verificação dos trabalhos realizados.-----

Por fim, o presidente da Assembleia Municipal aceitou as sugestões apresentadas pelos membros Carla Soares e Albano Macedo, admitindo as mesmas como uma proposta de recomendação, sendo que, com base numa matriz dada pelo município às Juntas de Freguesia que elaboram os relatórios semestrais, o pelouro respetivo valide, através de uma informação escrita, aquilo que consta do relatório. Colocado à votação, foi aprovada, por unanimidade, a recomendação, pelos vinte e sete membros presentes.-----

**4.9 Orçamento Participativo:** - Antes de ser iniciada a análise e votação sobre a Carta de Princípios do Orçamento Participativo de Sever do Vouga e Normas de Participação, foi aberto um período de intervenções.-----

**Albano Macedo** interveio para sugerir que fosse criada uma comissão de apoio à criação do regulamento do orçamento participativo, tendo em atenção que poderia ser interligada com a Assembleia Municipal de jovens e outras instituições, de forma a haver uma maior participação. Disse existirem muitas lacunas no documento, uma delas, por exemplo, no artigo 10º, alínea q), “*cuja execução ultrapassa o final de 2018*”, dizendo que aquela carta de princípios não era válida só para um ano, portanto a redação devia ser “*não ultrapassassem os doze meses de execução*”, o que seria muito mais correto. Depois, no artigo 15º, ponto 8, que é o “*anúncio público dos projetos vencedores*”, e para criar mais ênfase e dar mais valor àquelas participações, sugeriu que o executivo realizasse uma cerimónia do orçamento participativo, no Centro das Artes e do Espectáculo, onde seriam anunciados os projetos vencedores.-----

**Toni Martins** interveio para congratular a Câmara Municipal por ter atendido à proposta do PSD, dando voz aos cidadãos do concelho através do orçamento participativo que, na versão final do documento, contou com o contributo dos vereadores do PSD. Manifestou o seu descontentamento com a impossibilidade de apresentação das propostas participativas online e, ainda, pelo valor baixo e limitativo das mesmas.-----

**Mário Silva** referiu que, ao ler o documento, tinha ficado um pouco confuso com a questão da apresentação de propostas online, parecendo-lhe, de facto, ser uma questão problemática, uma vez que, nem toda a gente tem acesso à internet e é complicado para a população idosa. Disse, ainda, ter ficado confuso quanto ao sistema de votação e, vindo de uma freguesia muito pequena, há um risco da freguesia de Couto de Esteves, se não houver nenhum mecanismo, nunca ter uma proposta aprovada por ter pouca expressão eleitoral, não sabendo se é possível aperfeiçoar um mecanismo que permita que as freguesias mais pequenas também tivessem a possibilidade de ver um projeto seu ser aprovado.-----

Relativamente à sugestão apresentada por Albano Macedo, para a criação de uma comissão de apoio à criação do regulamento do orçamento participativo, o **presidente da Assembleia Municipal** sugeriu que fosse tratado em conferência de líderes para que não fossem criadas ainda mais comissões. Disse que iria agendar uma reunião dos grupos municipais, antes da próxima sessão, onde possam ler o documento e onde possam ser apresentadas propostas de alteração para apresentação ao órgão executivo.-----

O **presidente da Câmara Municipal** referiu que as sugestões de alteração não serviriam muito para o atual processo, a iniciar, uma vez que não será possível esperar até abril para ser iniciado. Informou que já tinha sido elaborado um calendário para as apresentações do

orçamento participativo, em conjunto com as Juntas de Freguesia, sendo que será realizada uma segunda sessão para a votação dos projetos, onde é obrigatório votar em três projetos, mas apenas num projeto da sua freguesia.-----

Quanto às participações, as mesmas não podem ser realizadas online, a apresentação de propostas é feita em sessão. O participante é devidamente identificado para apresentar as propostas em sessão. Informou que, aquando da votação, são escolhidas as propostas e depois são lançadas as propostas vencedoras, com um júri para selecionar duas no fim, podendo-se chegar a mais, uma vez que o orçamento participativo tem uma distribuição que vai até aos cinquenta mil euros. Mas cada proposta não poderá ultrapassar os vinte e cinco mil euros.-----

Face à explicação apresentada, o presidente da Assembleia Municipal disse presumir já não haver necessidade de convocar uma reunião dos grupos municipais, uma vez que existem prazos a cumprir.-----

**Deliberação** – O órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, com vinte e sete votos a favor, a Carta de Princípios do Orçamento Participativo de Sever do Vouga e Normas de Participação.-----

### -----3 - Período Destinado ao Público-----

Não houve qualquer participação.-----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir eficácia imediata, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por mim, Luís Figueiredo Martins, funcionário designado para o efeito, que a redigi.-----